“UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS” NA ARQUEOLOGIA (1870-1877)

*Lúcio M. Ferreira**

Resumo. Este artigo examina as relações entre a Arqueologia, o Evolucionismo e o Projeto Político Imperial.

Palavras Chave: Arqueologia, saber, poder, Brasil Imperial.

NEW IDEAS IN ARCHEOLOGY (1870-1877)

Abstract. This article examines the relationships between the Archaeology, the evolutionism and the Imperial political scheme.

Key words: Archaeology, knowledge, power, Imperial Brazil.

Há uma rarefação de estudos sobre a história das ciências humanas e das idéias no Brasil. Tome-se, por exemplo, a exigüidade de análises sobre a história da arqueologia brasileira¹. Nem mesmo as obras de referência sobre a história das ciências no Brasil abordam a disciplina². Nesta seara de evidente carência, faltam pesquisas mais amplas sobre a arqueologia oitocentista, momento de constituição institucional e epistêmico da disciplina³. Com este

* Formado em História pela UFS. Entre março e outubro de 1996, foi professor substituto do Departamento de Filosofia da UFS. Entre outubro de 1996 e outubro de 1997, foi pesquisador do Projeto Arqueológico de Xingó (PAX).

¹ Cf. Meggers (1985); Souza (1991); Prous (1992); Funari (1994); Langer (1998). Ver ainda, de Funari, quatro artigos que enfeixam análises teóricas sobre a arqueologia brasileira sob uma perspectiva histórica, ressaltando sobretudo o período pós 64 (1989; 1991; 1995; 1999c). Esta ausência de estudos sobre história da arqueologia contrasta com o contexto internacional. Trigger (1990) enfatiza como as análises do gênero não são um tema novo na Europa e na América do Norte. Ao contrário, qualquer estudo da matéria “carrega nos ombros diferentes predecessores” (Prefácio: xv). Para uma visão geral das diferentes abordagens em História da Arqueologia, Cf., do mesmo autor, p. 4 e segs.

² Cf. Azevedo (1956); Ferri & Motoyama (1979-1981); Miceli (1989).

³ Durante o século XIX, a Arqueologia foi praticada por diferentes instituições situadas em diferentes contextos regionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Museu Nacional (1808), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1868), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Alagoano (1869) e o Museu Paulista (1895). Para uma análise da constituição da Arqueologia

artigo gostaria de contribuir com o debate. Valendo-me das fontes seriais fornecidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pretendo analisar a Arqueologia praticada a partir de 1870 em sua articulação com o projeto político imperial e o evolucionismo⁴. Por outra, tento entender os usos políticos da Arqueologia num contexto em que a estabilização do sistema monárquico de dominação começava a apresentar suas primeiras fissuras.

Assim, na primeira parte deste artigo, procuro demonstrar como a disciplina foi justaposta a um campo de saber e de poder, integrando a rede de conhecimentos tecida pelo IHGB. Na segunda, intenciono dissecar o conjunto discursivo da arqueologia em sua configuração específica, direcionando o escarpelo no sentido de examinar as condições de aparecimento de seu objeto (Foucault, 1986; 1995). A perspectiva é a de analisar a disciplina enquanto positividade, enquanto uma prática que, ao imbricar-se com outros saberes, estipulou critérios classificatórios sobre o teor civilizacional das sociedades indígenas, postulou para elas um lugar social na identidade da Nação e pensou uma política indigenista. Na conclusão, sugiro uma proposta metodológica para o estudo histórico da Arqueologia oitocentista que contempla as diferentes instituições onde a prática arqueológica se espalhou⁵.

A PRODUÇÃO DE UM SABER SOBRE O BRASIL

Fenômeno interessante a ser observado. Como o IHGB⁶, instituição destinada a formular as políticas culturais oficiais da Monarquia (Schwarcz, 1998), comportou em sua Arqueologia o evolucionismo? Como se sabe, este sistema, juntamente com o positivismo, foi arma de justificação intelectual e científica - como então se pretendia - para a implantação da República. A emergência do novo regime era um imperativo científico, moral e intelectual da evolução social. Fase histórica inexorável do desenvolvimento da humanidade. De acordo com Silvio Romero (1986: 23), o “bando de idéias novas” mostrou o sofisma do Império em toda a sua nudez. Não se deve

no IHGB e de sua articulação a um campo de saber e de poder, Cf. Ferreira (1999). Ver ainda, do mesmo autor, dois artigos que analisam as relações da Arqueologia com a Historiografia do IHGB (1995; 1996). Para uma outra leitura da Arqueologia do IHGB, Cf. Langer (1998).

⁴ Sobre as teorias positivo-evolucionistas, Cf. Barros (1986); Costa (1967); Leite (1969); Paim (1967); Sodré (1982); Schwarcz (1989; 1993). Para uma discussão das doutrinas através das lentes de um autor da época, Cf. Romero (1969; 1986).

⁵ Remeto o leitor novamente à nota 3.

⁶ Sobre o IHGB, Cf. Guimarães (1988; 1989); Rodrigues (1978); Wehling (1989; 1994). Schwarcz (1993; 1998) também escreveu fecundas análises sobre o IHGB.

supor, porém, que o Estado Imperial não se tenha valido da “arma republicana”. O Museu Nacional⁷, por exemplo, um dos bastiões da Monarquia, reconhecidamente comungou com o evolucionismo (Schwarcz, 1986; 1993). Quanto ao IHGB, pelo menos no campo da Arqueologia, o uso do modelo efetuou-se a partir de 1873⁸. Contudo, é preciso filtrá-lo no discurso arqueológico, demarcando-o no interior de um diálogo “interdisciplinar” em que o IHGB intercruzou dados e métodos.

Com efeito, não se podem considerar os textos arqueológicos dissociados dos outros conjuntos discursivos articulados pelo IHGB. O que se detecta nas páginas da *Revista*, na verdade, é a produção de um saber sobre o Brasil. O Instituto foi um fórum privilegiado de onde se falava e se olhava o país. Tinha uma função estratégica: responder às injunções colocadas ao Estado Imperial⁹. Deve-se ter em mente, sob este aspecto, que a partir de 1870 a coesa centralização política do Império sofreu seus primeiros abalos, conheceu suas primeiras instabilidades. Lançando mão de uma série de disciplinas, portanto, o IHGB objetivou legitimar “cientificamente” a manutenção do projeto político centralizador da Monarquia, concatenando uma gama de informações sobre as diversas províncias e encaminhando propostas que visavam viabilizar a exploração econômica do território nacional.

Tal assertiva clarifica-se ao se rastrear o cenário social, político e econômico da quadra histórica em questão¹⁰. Em primeiro lugar, apresentavam-se os problemas advindos com a Guerra do Paraguai (1864-1870). É bastante provável que este conflito tenha acirrado as tensões geopolíticas nas áreas de fronteira. Isto pediria, muito mais do que nas décadas de consolidação e estabilização do regime monárquico, um maior conhecimento destas regiões, das instituições provinciais que as resguardavam e das populações que as habitavam. Nesse âmbito, deve-se lembrar que,

⁷ Notar que no frontispício do primeiro volume dos Arquivos do Museu Nacional figura como sócio correspondente o naturalista Charles Darwin. Cf. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

⁸ Talvez a Arqueologia tenha sido a primeira disciplina a fazer uso do evolucionismo. No campo da historiografia, Schwarcz (1993) constata-o a partir de 1908. De qualquer forma, seria preciso confirmar com maior acuidade a presença do evolucionismo nas páginas da Revista do IHGB.

⁹ A este respeito, é importante considerar-se que o IHGB viveu sob os auspícios do Estado Imperial. 75% de suas verbas vinham dos cofres do Imperador. Cf. Guimarães (1988; 1989). Note-se também que o IHGB permaneceu monarquista mesmo depois da proclamação da República (Schwarcz, 1998).

¹⁰ Cf. Carvalho (1981); Fragoso (1990); Fragoso & Silva (1990); Schwarcz (1998); Sodré (1969); Viotti (1985).

historicamente, as áreas circunscritas ao rio da Prata foram palco de diversos conflitos entre a Monarquia e as repúblicas latino-americanas (1825-28; 1850-52). O domínio geopolítico destas regiões era crucial para o Império, pois possibilitaria sua exploração comercial por meio do monopólio da navegação no Rio Prata, ponto de contato com as Províncias do Sul¹¹. Em segundo, a inadiabilidade da abolição da escravatura ameaçava solapar o regime produtivo assentado na grande propriedade, organizado juridicamente com a Lei de Terras de 1850. Como consequência, prenunciava desatar um dos laços do sistema de dominação nacional, a aliança Coroa-Grande Lavoura de Exportação. A Lei do Ventre Livre (1871), medida estratégica que visava protelar a deflagração deste impasse político, foi decretada num momento em que as lavouras agroexportadoras se expandiam para as novas áreas de fronteiras. Urgia, portanto, definir uma política indigenista capaz tanto de assegurar uma mão-de-obra alternativa aos braços africanos, quanto de subtrair as áreas agricultáveis ao domínio das populações indígenas¹²; e capaz de sanear os caminhos para o progresso da civilização Imperial. Por último, e não menos importante, colocava-se o problema das raças, da complexa formação étnica da população brasileira, marcada pelo trabalho escravo e pela existência de sociedades indígenas. Tal problema erade difícil solução para os intelectuais do IHGB, que planejavam construir uma identidade nacional pautada pelos conceitos de civilização¹³ e progresso; que intentavam ancorá-la numa cultura ilustrada; fixá-la numa história linear e continuísta, *Magistra Vitae*, de onde os heróis e os acontecimentos políticos do passado transmitiriam exemplos para as gerações futuras; assegurá-la numa memória que reuniria personagens e eventos dispersos no tempo e no espaço, que aglutinaria as diferenças culturais plantadas no território nacional. Em suma, estes intelectuais ocupavam-se com a tecelagem de uma auto-imagem, uma

¹¹ Ferreira (1999) argumenta que a própria criação e aprovação da seção de Arqueologia do IHGB, em 1850, significou um vetor da política externa do Império.

¹² Sobre política indigenista, ver Cunha (1992); Karasch (1992); Perrone-Moisés (1992). Para o debate nas páginas da Revista do IHGB anterior ao período aqui estudado, Cf. Barbosa, *Januário da Cunha*. Qual seria o melhor sistema para colonizar os índios entranhados em nossos sertões, se conviria o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados dos que os atuais?. *RIHGB*, (2): 3-18, 1840, onde se defende a catequese como a melhor forma, pois que favoreceria a miscigenação e o inculcamento da “cultura branca”; Barreto, Domingos Alves Branco Moniz. Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil. *RIHGB*, (21): 33-91, 1856, onde se defende a participação do Estado no empreendimento.

¹³ Deve-se aqui lembrar que o processo de formação dos Estados modernos desenvolveu-se sob o signo do conceito de civilização, o qual serviu como justificativa, no mundo europeu e no não europeu, para o domínio das classes sotopostas na hierarquia social. Cf. Elias (1993;1994).

representação da Nação a ser veiculada para o conjunto mais amplo dos Estados europeus e para as elites do país.

A prática arqueológica, de fato, articulando-se num espaço de interpositividades, ajudou a liberar efeitos de poder que pretendiam costurar as cissuras do Estado Imperial. Integrandose, por meio das expedições científicas, com a geografia, a geologia e a história Natural, a arqueologia colaborou com a composição de um maior conhecimento do espaço da Nação. Participou do olhar e do registro sobre as possibilidades de exploração econômica dos territórios, de suas riquezas naturais, seja daquelas latentes no interior de jazidas, seja daquelas manifestas e que afloravam à superfície. Do olhar e do registro que vigiavam e fiscalizavam as províncias, suas instituições e os fluxos de suas populações, que esquadrihavam seus contornos físicos para confeccioná-los numa cartografia identitária. Integrandose com a Antropologia e a Historiografia, a Arqueologia produziu discursos sobre as sociedades indígenas a fim de resgatar a gênese da Nação, de construir uma memória sobre seus diversos povos, passíveis de serem o corolário de um processo histórico continuísta e encabeçado por uma “civilização branca”. Memória que promoveu formas de controle sobre estas sociedades ao pensar uma política indigenista de integração, na qual o Estado teria um papel central, amalgamando os “selvagens” por meio do comércio e da educação. Essa memória, ademais, tinha nítidos objetivos geopolíticos ao dirigir-se às populações indígenas fronteiriças, no intuito de garantir o poder do Estado Nacional sobre estes espaços ainda não definidos, não coagulados. Através da coleção dos testemunhos materiais das diversas populações indígenas, da descrição minuciosa de seus usos e costumes, a arqueologia auxiliou na elaboração de um cabedal de informações sobre estes povos, visando enquadrá-los no ritmo do progresso do Estado Imperial¹⁴.

Ao contrário de uma visão amplamente difundida, durante o século XIX, as Humanidades não se encontravam completamente cindidas, circunscritas aos limites de seus objetos, seccionadas na região delimitada por

¹⁴ Esta articulação de variados domínios do saber com as expedições científicas pode ser encontrada antes de 1870. Cf. a *Comissão Científica Brasileira* (1858-1861), *RIHGB*, (19): 42-73, 1856. Deve-se ainda frisar, no que tange à produção de um saber sobre as populações indígenas anterior a 1870, o projeto promulgado pela seção de Arqueologia de se elaborar uma *Carta Geral do Estado Primitivo do País*. *RIHGB*, (9): 563, 1847; as expedições financiadas por João da Silva Machado, *RIHGB*, (3): 260, 1848; e, por fim, as realizadas por Gonçalves Dias, *RIHGB*, (21): 484-85, 1858. Para uma análise destas fontes, Cf. Ferreira (1999). O autor, entretanto, por falta de recursos, não pôde ainda localizar, nos arquivos do IHGB, o conjunto das fontes primárias referentes à *Carta Geral* e às expedições do autor da *Canção do Exílio*. O mesmo se aplica ao *Plano para se Escrever a História, Geografia, Etnografia e Estatística de cada uma das Partes do Império*, comentado a seguir.

seus métodos. O que se pode notar, pelo menos no interior de uma instituição oficial como o IHGB, é a tentativa de enfeixá-las numa rede epistemológica, de torná-las intercambiáveis, de multiplicá-las em múltiplas visões e falas¹⁵. E no interior desta ambiciosa tentativa em esboço, mesmo as ciências naturais foram estreitadas às humanidades nesta grade de saberes lançada sobre o Brasil. Veja-se, por exemplo, a participação do IHGB no projeto meteorológico dos professores Carlos Weyprecht e Wilzek, o qual objetivava a criação de estações científicas nas latitudes do Brasil (tomo 39: 403, 1876). Na ocasião em que o projeto foi elaborado, os intelectuais do Instituto ressaltaram a sua relevância para os estudos antropológicos e arqueológicos (tomo 39: 406, 1876). Exemplo mais eloqüente, contudo, foi a formulação do *Plano para se Escrever a História, Geografia, Etnografia e Estatística de cada uma das Partes do Império* (tomo 40: 437-39: 1877). O objetivo parece claro. Montar *corpora* que pudesse fundamentar um saber sobre o país. Particularmente interessante é a inclusão da estatística. Esta técnica matemática, aplicada às populações - entre as quais, obviamente, incluíam-se as indígenas -, serviria para mensurar e contabilizar os seus movimentos, o número de mortos, de doentes, a fecundidade de suas produções, os focos de tensão social, etc¹⁶.

Parafraseando De Certeau (1979), pode-se dizer que pesquisas arqueológicas são realizadas a partir de um *locus* de produção socioeconômico, político e cultural. Situada no suporte institucional do IHGB, a prática arqueológica pôde ser aplicada sobretudo sobre as populações indígenas, embora, como foi visto, tenha atuado num campo de saber e de poder mais abrangente. O exame da construção de seu objeto, de sua inserção numa configuração específica, talvez possibilite o discernimento dos critérios segundo os quais estes povos foram avaliados.

¹⁵ É provável que uma análise sobre o Museu Nacional, delimitada no mesmo período, encontre *uma outra* rede de saber e poder. O Museu Nacional estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Destinava-se ao estudo da História Natural, particularmente a do Brasil, “sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústrias e artes”. Suas seções englobavam variados domínios: Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Animal; Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. Havia também uma seção de Arqueologia anexada ao Museu. Cf. Decreto n. 6116 de 9 de Fevereiro de 1876. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876. (grifos meus).

¹⁶ Sobre a relação entre Governo, Estatística e População, ver Foucault, *Governamentalidade*, In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 277-293.

O IHGB E A ARQUEOLOGIA EVOLUCIONISTA: SELVAGENS E *PHASES* DE CIVILIZAÇÃO

Após 1870, com a aclimatação das idéias positivo-evolucionistas em solo nacional, houve uma ruptura nos discursos da Arqueologia praticada pelo IHGB¹⁷. Nota-se que ela não ficou imune ao contágio do “bando de idéias novas”¹⁸. Centrando o estudo em seu próprio objeto, vê-se, além disso, que ela dirigiu-se a uma tríade de problemas: qual a origem das sociedades indígenas? os indígenas seriam autóctones ou teriam imigrado de um outro continente? É possível avaliar o grau de civilização das sociedades indígenas? Mais do que um *corpus* organizador da disciplina, estas perguntas emergiram de relações de força precisas, particularmente as que recortaram a questão das raças e da identidade nacional. Resultaram da inserção da Arqueologia num espaço de interpositividades, o qual lhe permitiu criar dispositivos para uma política indigenista de integração e fundar um regime discursivo que classificou as sociedades indígenas. Tais princípios e signos legitimaram uma

¹⁷ Para uma análise da especificidade da Arqueologia do IHGB entre 1838 e 1870, Cf. Ferreira (1999). Neste período ela articulou-se numa configuração que englobou a Historiografia Iluminista, a Etnografia e a História Natural. Trabalhou com as hipóteses mediterrânicas e bíblicas sobre o povoamento do Brasil. Devido ao fato da disciplina buscar uma origem “nobre” para os indígenas, adjectivei-a como Arqueologia nobiliárquica. Por outro lado, é importante notar que a Arqueologia, após 1870, toma impulso no Museu Nacional, no Museu Paulista e no Paraense (Souza 1991; Prous: 1992; Funari: 1994).

¹⁸ O exame do perfil dos componentes da seção de arqueologia do IHGB comprova esta afirmação. A partir de 1873, vemos compondo-a intelectuais que esposaram as teorias positivo-evolucionistas, destacando-se Ladislao Netto e José Vieira Couto de Magalhães. Estes integraram a seção pelo menos até 1876. Cf. Sessão da Assembléia Geral em 20 de dezembro de 1873. *RIHGB*, (36):608, 1873; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1874. *RIHGB*, (37): 450, 1874; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1875. *RIHGB*, (38): 385, 1875; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1876. *RIHGB*, (39): 462, 1876. Deve-se frisar que Ladislao Netto, no IHGB, não publicou nenhum artigo. Contudo, comentava obras de Arqueologia e Botânica e emitia pareceres sobre a admissão de sócios. Cf. Pareceres *RIHGB*, (34): 361-64, 1871; Notícia. *RIHGB*, (34): 378-80, 1871; 13ª Sessão em 5 de dezembro de 1873. *RIHGB*, (36): 604, 1873. Seu espaço de atuação privilegiado foi o Museu Nacional, o qual reorganizou em 1876, sendo ali o primeiro Diretor Geral, Diretor da Seção de Botânica e da Seção anexa de Arqueologia. Cf. Decreto n. 6116 de 9 de Fevereiro de 1876. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol. I, 1876. Antes de 1870, compuseram a seção de Arqueologia do IHGB intelectuais da geração Romântica, entre os quais Gonçalves Dias, Manoel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Cf. 177ª Sessão em 2 de setembro de 1847. *RIHGB*, (9): 442, 1847; 198ª Sessão em 31 de agosto de 1848. *RIHGB*, (10): 404, 1848; 208ª Sessão em 15 de julho de 1849. *RIHGB*, (12): 414, 1849; 227ª Sessão da Assembléia Geral em 23 de maio de 1851. *RIHGB*, (14): 421-25, 1851; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1853. *RIHGB*, (17): 563-67, 1854.

estrutura de exclusão social¹⁹, na medida em que definiram uma posição para os indígenas na rígida hierarquia do Estado Imperial.

Um conjunto de textos de dois autores permite demarcar a vigência da Arqueologia evolucionista no IHGB. O primeiro é José Vieira Couto de Magalhães, o Barão de Corumbá, que em 1873 publicou o seu *Ensaio de Antropologia*²⁰. Este autor presidiu as Províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso (1863-68)²¹, o que lhe facultou a oportunidade de tornar-se um competente lingüista, pesquisando e convivendo com grupos indígenas. Seu *Ensaio* denota claramente como as pesquisas arqueológicas - ou antropológicas, se se preferir - fizeram-se no interior de um campo de saber e de poder. Vieira Couto realizou diversas viagens pelo Norte e Nordeste do Brasil, cujos frutos trouxeram, além de resultados em Arqueologia e Antropologia, descrições geográficas e geológicas, considerações administrativas e econômicas acerca de diversas localidades. Acresce a isso seu plano de colonização dos indígenas. Vieira Couto acreditava que os indígenas eram aptos à civilização. Defendia a integração do “elemento indígena” à sociedade brasileira por meio do trabalho, como mão-de-obra alternativa aos braços escravos. Sua idéia era a de formar “soldados intérpretes” que chefiariam os aldeamentos indígenas²².

Já no título de seu *Ensaio*, Vieira Couto demarca a especificidade de seu discurso²³. Ele não escreve Etnografia, mas Antropologia. Sua pretensão é a de fornecer uma interpretação moral e física sobre as sociedades indígenas. A própria divisão dos capítulos deixa entrever esta motivação: “Línguas; Raças Selvagens; Família e Religião Selvagens, etc.” Com base na Lingüística, o autor refuta peremptoriamente a existência de qualquer vínculo entre os dialetos

¹⁹ Foucault (1978), em sua *História da Loucura*, fornece um modelo metodológico para se pensar como relações de força e práticas históricas possibilitam o recorte de diferentes saberes que constituem uma estrutura de exclusão social.

²⁰ Vieira Couto participou ativamente das pesquisas arqueológicas e antropológicas do IHGB. Intelectual produtivo, suas obras eram freqüentemente lidas e comentadas durante as reuniões do IHGB. Cf. 4ª Sessão em 25 de julho de 1873. *RIHGB*, (36): 563, 1873; 5ª Sessão em 7 de julho de 1876. *RIHGB*, (39): 377-86, 1876 (comentário de *O Selvagem*); 8ª Sessão em 18 de agosto de 1876. *RIHGB*, (39): 400, 1876 (leitura da obra *Comparações entre o Guaraní e o Tupi antigos, Guaraní falado no Paraguai e o Tupi falado no Amazonas*).

²¹ Para detalhes biográficos de Vieira Couto, inclusive sobre sua participação na Guerra do Paraguai, seu governo na Província de São Paulo, e de como foi perseguido por Floriano Peixoto durante o regime republicano, Cf. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros* (1993), p. 53-55.

²² Para uma descrição pontual da atuação de Vieira Couto nos aldeamentos indígenas de Mato Grosso e Goiás, ver Cunha (1992).

²³ Muitos dos argumentos do *Ensaio* são reproduzidos em *O Selvagem* (1975). Um comentário desta última obra acha-se em Schwarcz (1998). A antropóloga, contudo, vincula-o ao movimento romântico.

indígenas e as línguas “arianas”, ou seja, solapa as hipóteses de ocupação mediterrânea e bíblica da América, muito embora Ladislao Netto, no mesmo período, ainda buscasse, no Brasil, vestígios de civilizações perdidas²⁴. Valendo-se da Geologia, estabelece o período da primeira imigração para o Brasil - “Paleolítico Superior”- , graças à criteriosa coleta de vestígios líticos depositados em sítios arqueológicos. Contudo, ressentido a ausência de coleções arqueológicas e de monumentos, com os quais firmaria sua hipótese sobre uma cronologia mais segura. No mais, a relação saber-poder do **Ensaio** aponta um elemento ainda mais pragmático para a definição de uma política indigenista: os indígenas, além de servirem como mão-de-obra, poderiam igualmente auxiliar na “aclimatação do branco”.

O segundo autor é Antonio Manoel Gonçalves Tocantins. Este engenheiro industrial, formado pela Universidade de Gand, na Bélgica, atuou sobretudo na província do Pará²⁵. Ali foi secretário da Repartição de Obras Públicas. Em 1880, executou, a serviço do Império, uma longa exploração do rio Trombetas (PA) e seus afluentes. Estudioso do Tupi, Tocantins travou inúmeros contatos com grupos indígenas do Pará. Os resultados de suas pesquisas apareceram pela primeira vez, nas páginas da Revista do IHGB, em 1876, quando publicou o seu *Relíquias de Uma Grande Tribo Extinta*²⁶. Neste ensaio, o autor descreve e analisa os vestígios cerâmicos da Ilha do Pascoal (PA), situada próxima à de Marajó (PA). Tendo como pressuposto esta análise empírico-descritiva, investiga o cotidiano da sociedade que fabricou as cerâmicas. Tenta responder às seguintes perguntas: “Que povo foi este? A que grau de civilização chegou? Qual foi a sua maneira de viver? Qual a sua origem? (p. 51)”. Em seu segundo ensaio, Manoel Gonçalves realiza uma análise lingüística e antropológica sobre a *Tribo Munducuru* (1877). Descreve as pinturas rupestres dos ancestrais da “tribo”, as quais ele compara com as

²⁴ Cf. Langer (1998) e Ferreira (1999). Inclusive, Silvio Romero, em resenha sobre um famoso ensaio de Ladislao Netto - *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira. Arquivos do Museu Nacional*, (6): 257-553, 1885 - relembra o “deslize” do autor quanto a sua tentativa de decifrar uma “inscrição fenícia”, além de tecer virulentas críticas aos seus “quadros comparativos”: “(...) Ladislao Netto, em suas longas e massudíssimas Investigações (...) deixando de lado o trilho do bom senso, perdeu-se em divagações nocivas (...). Nesse andar de beduinismo antropológico, ele nem formulou hipótese nova sobre a origem do homem americano, nem fortaleceu nenhuma das doutrinas conhecidas “(...) Ladislao, acoroçoado por não sei que maligno demônio, entrou a hipnotizar-nos em chinez e egípcio, como já dantes nos embasbacara em fenício (...)”. O Sr. Ladislao Netto e a Arqueologia Brasileira. *Suplemento Crítico da Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 25 de março de 1866, p. 5-23 (grifos meus).

²⁵ Para detalhes biográficos, Cf. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros* (1993), p. 171-72.

²⁶ Tocantins foi admitido como sócio correspondente do IHGB em 1873. Cf. 13ª Sessão em 5 de dezembro de 1873. *RIHGB*, (36): 604, 1873.

“tradições” ainda vivas. Investiga também os primeiros contatos culturais realizados entre os Munducurus e os colonizadores quinhentistas, objetivando extrair exemplos para a formulação de uma política indigenista destinada às regiões de Belém (PA) e adjacências.

Poder-se-ia objetar que estes textos seriam insuficientes para caracterizar a disciplina²⁷, que o seu diminuto conjunto teria sido um acontecimento fugaz no interior da trajetória da Arqueologia brasileira, reles acontecimento fadado a permanecer em silêncio na memória deste saber. Contudo, deve-se considerar, em primeiro lugar, que a preocupação com a prática arqueológica, no IHGB, é encontrada já no primeiro tomo da *Revista*²⁸. Este conjunto de textos, portanto, representa uma ruptura no IHGB, uma reordenação no pensamento arqueológico²⁹. Em segundo lugar, esta produção esteve inscrita num horizonte cultural que orientou também as pesquisas arqueológicas dirigidas por outras instituições³⁰. Neste sentido, o exame destes textos oferece a oportunidade de cotejá-los com outros conjuntos discursivos, notadamente, no que se refere ao período em questão, com os do Museu Nacional. Em terceiro, após 1870, um evento demonstra que a Arqueologia praticada pelo IHGB gozava de um certo prestígio no quadro das pesquisas arqueológicas internacionais. Trata-se do *Congresso Internacional dos Americanistas* (Cf. Tomo 39: 369: 1876), realizado em Luxemburgo, em 1877. O IHGB foi convidado para participar da Comissão de Organização, cabendo-lhe versar sobre a Antigüidade do Homem Americano (Cf. Tomo 39: 403, 1876)³¹.

²⁷ Neste sentido, deve-se considerar os outros escritos de Vieira Couto, ainda não rastreados pelo autor. A este respeito, ver novamente a nota 20.

²⁸ Conferir Ferreira (1999) e Langer (1998).

²⁹ Remeto o leitor novamente à nota 17. Na literatura, após 1870, encontramos menções à Arqueologia nobiliárquica. Machado de Assis, em dois de seus contos, destila mordaz ironia às expedições do cônego Benigno, comprometidas com um projeto de se localizar uma cidade abandonada no sertão da Bahia: “(...) Ah! impagável. Quer saber do que mais. Tinha lido o cônego Benigno, e resolveu ir logo ao sertão da Bahia, procurar a cidade misteriosa. Expôs-me o plano, descreveu-me a arquitetura provável da cidade, os templos, os ritos (...)”. O Anel de Polícrates, In: *Papéis Avulsos. Obras Completas*. 6 ed. II Vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 239. “(...) O pai nascera com o amor do enigmático, do obscuro e do anseado; morreu quando aparelhava uma expedição para ir à Bahia descobrir a cidade abandonada (...)”. Manuscrito de um Sacristão, In: *Histórias sem Data, ibid*, p. 545 - (grifos meus). Para uma análise da expedição do cônego Benigno, Cf. Langer (1998); Guimarães (1988); Ferreira (1999). Deve-se frisar que, por outro lado, Machado de Assis ironizou também o ideário cientificista e evolucionista do Brasil pós 1870. Cf. O Alienista, In: *Papéis Avulsos, ibid*, p. 253-288; Evolução, In: *Casa Velha, ibid*, p. 703-709.

³⁰ Remeto o leitor novamente à nota 3.

³¹ Seria interessante comparar os temas e conteúdos deste Congresso com os do Congresso Arqueológico da Antuérpia, realizado em 1866 (Cf. Tomo 29: 351: 1866). Deste último resultou um relatório intitulado “Arqueologia Brasileira”(Cf. Tomo 30: 439: 1867). Tal tarefa

De fato, ainda que representem um pequeno conjunto, tais textos merecem ser estudados, até porque a recepção da arqueologia ao evolucionismo permanece como uma análise ainda a ser feita pelos estudiosos da história da disciplina no país. Sob este aspecto, tanto em José Vieira Couto, quanto em Manoel Gonçalves Tocantins, sentem-se os enunciados da teoria. O primeiro, em seu *Ensaio de Antropologia* (1873), assevera:

(...) a antropologia demonstra que o homem físico passou sempre dum período mais atrasado para um mais adiantado (...) (p. 408 - grifos meus)

O segundo, em *Relíquias de uma Grande Tribo Extinta* (1876), afirma,

(...) alguns artefactos cerâmicos que aqui têm sido descobertos, e outros que ainda existem *enterrados*, são, por assim dizer, as únicas relíquias que restam desta tribo, hoje totalmente extinta. Porém, *considerações de alto valor prendem os produtos cerâmicos ao estudo dos povos primitivos e aos das diversas fases de sua civilização (...)*” (p. 52 - grifos meus; ortografia atualizada).

Ora, a partir destas citações, e dos comentários já feitos sobre estes textos, pode-se averiguar a configuração específica em que a arqueologia evolucionista do IHGB esteve disposta. Com efeito, a disciplina inseriu-se num espaço de interpositividades que articulou-a com a geologia, a antropologia, a lingüística e a historiografia. Constituindo-se no espaço definido por estes saberes que lhe foram coetâneos, a Arqueologia pôde formular hipóteses sobre a origem dos indígenas e criterizar sobre o teor civilizacional de seus variados grupos.

Integrando-se com a geologia, a arqueologia evolucionista instituiu uma intermediação com dois conceitos. O primeiro é o de artefato. É um conceito nuançado que engloba duas fascetas indissociáveis: ele é uma materialidade física, é composto por uma matéria-prima que diz do que ele é feito - portanto, um problema a ser deslindado pela Geologia; é ao mesmo tempo uma atividade humana de transformação, o trabalho de confecção de uma matéria-prima que o materializa, é uma tecnologia que permite a exploração do meio-ambiente - portanto, um problema a ser pesquisado também pela Antropologia. Para se ter uma idéia de como os artefatos passam

permitiria um melhor entendimento das diferenças entre a Arqueologia nobiliárquica e a evolucionista. Contudo, as atas e relatórios de ambos os congressos acham-se ainda intocados nos arquivos do IHGB. Para um comentário do Congresso Arqueológico da Antuérpia, ver Ferreira (1999).

a ser um dos focos de análise da Arqueologia, veja-se como o Museu Nacional preocupou-se em ordená-los e classificá-los³²: Charles F. Hartt (1876a) descreveu e analisou o material lítico conservado no Museu, além de tecer considerações sobre tangas de cerâmica indígenas (1876b); Domingos Soares Ferreira Pena (1877) fez o mesmo com os vestígios cerâmicos dos sambaquis do Pará; Ladislao Neto (1877), por sua vez, escreveu alguns apontamentos sobre tembetás. O outro conceito é o de sítio arqueológico. Ao lado dos artefatos, este é o objeto empírico fundamental da arqueologia evolucionista -, como ainda o é da Arqueologia pré-histórica contemporânea³³. Sem ele, não se poderiam angariar os artefatos, pois estes agora estão sobretudo “enterrados”. Não basta colecioná-los quando eles, por obra do acaso, aparecem na superfície³⁴. Os sítios arqueológicos são os depositários dos tesouros, das “reliquias” do passado que jazem, intocadas em seu mutismo, nos arquivos da terra. As jazidas arqueológicas devem agora ser compulsadas, devem ser escavadas para que delas se retirem os resíduos de uma sociedade “extinta”. Somente assim poder-se-á lê-los, fazê-los falar, dirigindo-se aos signos que neles estão depositados. Não foi à revelia, portanto, que Karl Rath (1871) instou o IHGB para que o acompanhasse em seus estudos sobre os sambaquis existentes no interior do país³⁵. Desta importância conferida aos sítios arqueológicos surgiram as pesquisas sobre os “montes de conchas” concretizadas por Charles Wiener (1876) e Domingos Soares Ferreira Pena (1876)³⁶.

As regras de uso destes conceitos possibilitaram à Arqueologia o desdobramento de algumas análises. Tratava-se, inicialmente, de descrever a composição geológica e geográfica do sítio arqueológico. Dava-se ênfase à sua

³² Esta preocupação com o ordenar e o classificar pode ser averiguada no Art. 1 do Decreto n. 6116 de 9 de Fevereiro de 1876. Cf. *Arquivos do Museu Nacional*. Vol I, 1876.

³³ Ver, por exemplo, Eble (1971).

³⁴ Antes de 1870, os artefatos eram solicitados aos sócios correspondentes do IHGB. Cf. 108ª Sessão em 20 de julho de 1843. *RIHGB*, (5): 382, 1843; 146ª Sessão em 18 de março de 1846. *RIHGB*, (8): 152-55, 1846; 148ª Sessão em 30 de abril de 1846. *RIHGB*, (8): 289, 1846.

³⁵ Rath chega a reclamar da falta de divulgação dos sambaquis, que ele diz estudar desde 1846. Cf. Rath (1871). Antes de 1870, somente Varnhagen noticiou a existência de sambaquis. Cf. Sobre a Necessidade de Estudo e Ensino da Língua Indígenas. *RIHGB*, (3): 53-63, 1841. Etnografia Indígena, Línguas, Imigrações e Arqueologia. *RIHGB*, (12): 336-79, 1849. Para uma análise destas fontes e do papel de Varnhagen na Arqueologia do IHGB, ver Ferreira (1999).

³⁶ Para se medir a importância que os sítios arqueológicos passaram a ter, vale a pena citar uma frase de Wiener: “(...) o humilde sambaqui tem para a sciencia universal a mesma importância que a majestosa pyramide do Egypto ou do Mexico (...)” (1876:20). Deve-se frisar que, no Brasil, pelo menos até a República Velha, houve uma polêmica sobre a naturalidade ou artificialidade dos sambaquis. Cf. Prous (1992).

situação topográfica, suas dimensões, sua forma e sua localização no quadro de um meio-ambiente mais amplo³⁷. A tarefa, portanto, era a de caracterizar a posição do sítio no interior de uma estrutura geográfica e geológica³⁸. Este determinismo geográfico³⁹ permitiu, em primeiro lugar, o entendimento da função do sítio arqueológico. Era o imperativo constringente da natureza, a força irredutível do meio-ambiente, os caprichos das oscilações e ciclos ecológicos que conduziam as sociedades indígenas na escolha de suas moradias. Ladislao Netto (1876), por exemplo, enfatizou que os sambaquis do Sul do Brasil eram estações de pesca, locais de ocupação esporádica das tribos do interior, que fugiam do minuíano do inverno em busca de temperatura mais amena e da pesca farta do litoral. Tal conclusão foi alicerçada pela análise dos vestígios arqueológicos e pela observação antropológica. Havia ali muitas espinhas de peixe, artefatos de pedra e “louça” semelhantes aos encontrados no interior. Restos de fogueiras confirmam, além disso, um hábito comum destas tribos sertanejas: quando vão aos rios pescar, sobretudo à noite, os índios costumam se aconchegar ao fogo. Domingos Soares F. Pena (1876) concordou com Ladislao Netto. Os sambaquis do Pará também serviram às ocupações sazonais. Vindos do interior das densas florestas, os índios, esquivando-se da umidade sufocante do verão, desciam para o litoral, acompanhando o movimento decrescente das águas e a imigração dos animais. Assentavam ali suas “malocas” temporárias. Também aqui os artefatos e a Antropologia lastraram a conclusão. Os materiais toscos dos sambaquis mostram bem que estes índios eram selvagens, viviam da caça, não conheciam nem ao menos os rudimentos da agricultura. Daí estes índios serem impingidos pela implacabilidade da natureza, migrando de uma região para outra, enterrando seus mortos ao sabor das idas e vindas, misturados entre as conchas amontoadas, sob o chão que dormiam. A “repugnância” deste costume, sem dúvidas, mostra que o povo que deu origem aos sambaquis é

³⁷ Ainda hoje, uma das vertentes dos estudos de assentamentos pré-históricos tem como requisito a análise da posição, forma e variáveis do sítio arqueológico em relação ao meio-ambiente: distribuição dos sítios numa determinada região em relação a solos, formas, recursos de água, flora e fauna. Cf. Eidt & Woods (1974); Struever (1973); Fagan (1970); Svelebil (1983); Chartkoff (1975). Para o caso de uma proposta de estudo de um arqueólogo brasileiro, Cf. Moraes (1996).

³⁸ Cf. Rath (1871) e Wiener (1876, Tópico I: 4-7).

³⁹ Neste sentido, deve-se atentar, guardando-se as devidas diferenças, que o determinismo geográfico, seguido das análises empírico-descritivas, é uma “escola” de longa tradição na Arqueologia brasileira. Após o golpe de 64, Betty Meggers e Cliford Evans, montando um *establishment* arqueológico com o apoio do Governo Militar, ensinaram a vários “pupilos” uma abordagem positivista moldada pelo determinismo ecológico. Para uma análise crítica deste período e de suas ramificação na Arqueologia brasileira contemporânea, Cf. Funari (1994; 1995, 1998a; 1998b; 1999c).

realmente selvagem. Em segundo lugar, as observações geológicas dos sítios arqueológicos embasaram a fixação de uma cronologia sobre o povoamento do Brasil. Ora, os artefatos estão agora encravados num depósito sedimentar, instalados num tempo geológico. Os artefatos, agora, estampam um calendário. Podia-se, portanto, determinar a antigüidade da tribo tomando-se por base a camada geológica em que eles se encontravam. Assim, Wiener (1876) calculou que os sambaquis tinham dois ou três séculos⁴⁰. Vieira Couto (1873: 409), por sua vez, datou a primeira imigração para o Brasil no período da “Pedra Polida”, mais especificamente no “Paleolítico Superior”, de acordo com os instrumentos localizados “nos mais antigos sedimentos da época quaternária”. Deste modo, esta imigração situar-se-ia “mais ou menos a cem mil anos atrás” (1873: 409)⁴¹. Sendo os selvagens filhos da imigração, efetuada depois que transpuseram, em outro continente, o primeiro estágio da civilização, Vieira Couto lamenta a ausência de coleções de artefatos no Brasil. Estas, se ligadas a suas devidas estruturas geológicas, se não coletadas erradamente, permitiriam o estabelecimento de uma cronologia mais segura da imigração originária.

As análises empírico-descritivas dos artefatos seguiam princípios similares aos feitos no campo da História Natural e da Geologia. Tentava-se isolar, por meio do pormenor descritivo, as identidades e diferenças dos artefatos - assim como se procedia com a natureza das plantas e dos animais, com as formações geológicas e geográficas⁴². Feita esta tarefa, podia-se avaliar o grau de civilização dos indígenas. Já se viu como Domingos Soares Ferreira Pena (1876), combinando determinismo geográfico e análise dos artefatos, classificou os indígenas como selvagens, povos ignorantes do saber agrícola. Neste ponto, as análises de Ferreira Pena convergem com as de Vieira Couto (1873: 407). Também este autor, após longa descrição dos vestígios, percebeu que alguns deles indicavam a existência de populações que não passaram por

⁴⁰ Domingos Soares Ferreira Pena (1876: 86), por sua vez, não se aventurou a fixar uma cronologia, pois, segundo ele, os sambaquis pesquisados estavam extremamente erodidos devido à ação eólica e do relevo.

⁴¹ Sobre esta questão, ver no *Ensaio*, p. 416 e segs.: “(...) em que eppoca teve lugar o aparecimento do homem americano? O estudo comparativo das alturas acima do nível do mar, entre os plateaux da America e da Asia, dá os primeiros indícios que ainda não estão confirmados por fósseis (...)” (p. 418). O autor parece intuir que os povos asiáticos teriam imigrado para o Brasil. Deve-se sublinhar, entretanto, que ele não faz nenhuma alusão ao Estreito de Bering.

⁴² Para um exemplo deste tipo de análise no campo da Geologia, Cf. DERBY, Orville A. Contribuições para a Geologia do Baixo Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 73-104, 1877. Para o campo da História Natural, Cf. Neto, Ladislao. Sobre a Evolução Morfológica dos Tecidos nos Caules Sarmentosos. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 133-144, 1876. Para o caso da arqueologia, Cf. Hartt (1876a; 1876b); Pena (1877); Neto (1877).

nenhum período de civilização, que não conheceram nem ao menos a agricultura. Não haveria razões, portanto, para deixá-los viver nos extensos territórios do Norte e Centro-Oeste sem colonizá-los. O Estado Imperial deveria, assim, tomar para si a tarefa de salvá-los de sua subjugação brutal à natureza, deveria incluí-los no plano da civilização, deveria ensiná-los a plantar e a colher os frutos da terra, os frutos do trabalho agrícola. As amplas fronteiras teriam que ceder ao ímpeto do progresso, teriam que render-se à monocultura do café ou de outros gêneros. Era preciso, portanto, integrar os indígenas e suas terras aos interesses administrativos e econômicos do Império.

Era preciso formular uma política indigenista que encaminhasse o “processo civilizador” (Elias, 1993; 1994). Até porque alguns povos detinham costumes abjetos. Seus ancestrais, por meio da tradição oral, haviam-lhos irremediavelmente transmitido por herança. Wiener (1876) , por exemplo, a partir do exame das evidências ósseas fornecidas pelos esqueletos humanos, mostra como alguns deles estavam friáveis, calcinados e incompletos. Só poderiam ser então restos de refeições, pois a carne humana era muito apreciada pelos índios dos sambaquis, eram eles um povo “...que via em seu semelhante somente um objecto de alimentação”⁴³. Mas há outros costumes “repugnantes”⁴⁴. Os índios dos sambaquis enterram os seus mortos no mesmo solo onde dormem, entre vestígios alimentares (espinhas de peixes e conchas), no meio do lixo e o mais perto possível do pai, irmão, mãe, filho e mulher do falecido (p. 18). Sim, se o Império quer construir sua identidade nacional sob o signo do progresso e da civilização, se quer realmente confeccionar uma auto-imagem digna de ser exibida para suas elites e para as nações européias, deve integrar os índios à civilização. Deve, fazendo-os conviver com os brancos, inculcar-lhes costumes nobres. Contudo, nem tudo está perdido. Manoel Gonçalves Tocantins (1876), estudando o cotidiano da sociedade que produziu as “reliquias” da “cultura marajoara”, analisando-as meticulosamente, enfatizou que o povo que as fabricou era “bastante adiantado na indústria cerâmica” (p. 60). Pode-se levá-las para as grandes exposições universais, festas do trabalho e do progresso (nas palavras de Schwarcz, 1998), onde elas mostrarão que o Império possui uma gênese histórica fundada sobre uma cultura sofisticada. Nem tudo está perdido. Algumas tribos sujeitar-se-ão com

⁴³ Domingos Soares F. Pena (1876) não concorda com Wiener. Os sambaquis do Pará revelaram esqueletos completos. E, ademais, os indígenas “comiam, sim, a carne humana, mas só a dos inimigos (...) para satisfazerem o seu excessivo ódio e extraordinário espírito de vingança (...)” (p.88).

⁴⁴ O uso deste termo por Wiener é sintomático. É próprio do ideal civilizatório a modificação dos “padrões de repugnância e sentimentos”. Cf. Elias (1994).

mais facilidade às normas de uma política indigenista. Afinal, já estão habituadas ao labor e ao esmero industrial.

Com efeito, esta articulação entre a arqueologia e a geologia só pode ser entendida plenamente considerando-se a inclusão da Antropologia nesta dimensão discursiva. O que se constata é que a arqueologia e a antropologia, percorrendo um mesmo campo de manifestação empírica, não foram praticadas em domínios estanques e hierarquizados, sulcadas em momentos diferenciados da abordagem sobre as populações indígenas, cada qual em sua *demarche*. Ao contrário, pode-se dizer que a Arqueologia, pelo menos no IHGB, entre 1870 e 1877, teve uma relação simbiótica com a Antropologia. Ela não surgiu, como no espaço europeu, da filologia, onde esteve subordinada sobretudo à história (Bandinelli, 1994; Funari, 1998b). Nem tampouco foi concebida como simples subsidiária da Antropologia, como em seus desdobramentos iniciais na América do Norte (Funari, 1998b).

Foi assim que Vieira Couto (1873) pretendeu interpretar as sociedades indígenas sob o ponto de vista físico e moral. Ora, o que significam estes dois conceitos? Como se entrelaçam o físico e o moral? Partes de um mesmo processo, o corpo do indígena, seu físico, forneceria indícios para o estudo de sua moral, ou seja, sua perfeição intelectual, sua cultura. Daí o uso da antropologia física⁴⁵, o estudo comparativo das raças⁴⁶, a classificação morfológica das raças indígenas. Se os indígenas migraram de outro continente

⁴⁵ Seria particularmente importante e instigante aprofundar esta articulação da Arqueologia com a Antropologia Física. Sabe-se bem que tipo de tecnologia de poder a Antropologia Física propiciou no Brasil: fundando critérios para a análise das raças, subsidiou o discurso jurídico e legitimou uma estrutura de exclusão social. Cf., para uma análise da Antropologia Criminalista no Brasil: Schwarcz (1993). Para quem preferir acompanhar a discussão da questão em páginas de boa literatura, sugiro a leitura de Jorge Amado, *A Tenda dos Milagres*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. Para uma discussão da relação entre a Antropologia Física, a Psicanálise e a jurisprudência no espaço europeu, ver Foucault (1987). Para uma consulta às fontes do Museu Nacional, onde se realizou o primeiro Congresso de Antropologia Brasileira, em 1877 (Schwarcz: 1993), Cf. Lacerda, Batista & Peixoto, Rodrigues. *Contribuição para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: os Botocudos*. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 54-75, 1876; Lacerda, Batista. *Contribuição para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: Notas sobre a Conformação dos Dentes*, *ibid*, p. 73-86; Lacerda, Batista. *Resumo do Curso de Antropologia do Museu Nacional*. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 105-163, 1877.

⁴⁶ Antes de 1870, Lund havia praticado uma espécie de frenologia, comparando os crânios fossilizados que ele descobriu em Lagoa Santa (MG) com crânios egípcios. Cf. Carta Escrita de Lagoa Santa ao Sr. Primeiro Secretário do Instituto. *RIHGB*, (4): 80-7, 1842. Martius, em sua metodologia antropológica para os estudos das “raças vermelhas”, sugeriu, além da investigação dos mitos e dos dialetos indígenas, a análise comparativa das raças. Cf. Como se Deve Escrever a História do Brasil. *RIHGB*, (6): 389-411, 1844. Deve-se destacar que, embora sugeridos, tais estudos não foram praticados até 1870. Para uma análise da importância destes autores no pensamento arqueológico do IHGB, Cf. Ferreira (1999).

quando estavam na primeira fase da civilização, resta buscar na compleição de seus corpos e na linha recuada de seu passado - o qual pode ser perscrutado nos vestígios arqueológicos e no registro geológico -, o estágio de evolução em que se encontram suas populações, habitantes do “Grande Sertão Interior”, isolados na vida bucólica das florestas tropicais, isolados dos intercâmbios com a “cultura branca”, ocidental, civilizada.

Nesta perspectiva de caracterização cultural das sociedades indígenas, no bojo deste trabalho de esquadramento de suas populações, também a Lingüística foi utilizada. Conhecendo-se os dialetos indígenas, os fonemas e regras sintáticas de sua linguagem, pode-se entender os mitos de sua cultura, pode-se demonstrar como sua visão cosmológica, sua visão do tempo, possuem formas primárias de percepção e explicação do mundo. Formas fetichistas. A lingüística, neste sentido, sofreu uma irrupção de temporalidade. Serviu para se mensurar o tempo, o limiar que separa os selvagens da civilização. Se os artefatos, enquanto documentos, permitem a inferição de um calendário e do grau cultural dos indígenas, também seus dialetos apontam para um passado distante e selvagem, confirmado pela observação do presente, pela Antropologia. Os indígenas, de fato, são selvagens. Não somente seus artefatos e suas línguas revelam-no: ao contrário das civilizações meso-americanas, não há no Brasil grandes monumentos arquitetônicos (p. 501).

A antropologia física e a lingüística, orientadas pelo discurso antropológico e Arqueológico, possibilitaram a averiguação da origem dos indígenas. Assim, Manoel Gonçalves Tocantins, em seus estudos sobre a *Tribo Munducuru* (1876), argumenta sobre a especificidade da língua e dos traços anatômicos do grupo. Daí ter ele levantado a hipótese poligenista para explicar o surgimento das sociedades indígenas⁴⁷. Se seus grupos são a prova empírica dos diferentes centros de criação da humanidade, trata-se de determinar seu teor civilizacional. Neste sentido, também em Gonçalves Tocantins, os dialetos têm o mesmo valor documental que os artefatos. Se a indústria cerâmica da população de um sambaqui do Pará representa um estágio avançado de civilização, não é o que se depreende da linguagem dos Munducuru. Seus mitos, se comparados com os registros rupestres de seus ancestrais - ou por outra, se comparados com os testemunhos arqueológicos -, mostram toda a primitividade e insipiência de suas concepções sobre o

⁴⁷ Na literatura, pode-se encontrar o uso desta hipótese em Euclides da Cunha, no capítulo *O Homem de Os Sertões*. 34 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. Também em Augusto Emilio Zaluar, *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994. Na Historiografia, para o caso de um historiador bastante conhecido, Cf. Abreu, Capistrano. O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro (I e II), In: *Ensaio e Estudos*. 4ª Série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 3-25. Capistrano fala também, nestes ensaios, do “homem geológico”.

mundo, revelam uma humanidade na infância, em seus primeiros passos em direção à civilização. Também em Gonçalves Tocantis, a arqueologia e a antropologia se retroalimentam, se autofagocitam. Assim é que, a partir das evidências arqueológicas, ou seja, valendo-se dos fragmentos cerâmicos, ele procura reconstituir a organização social da tribo semi-avançada, remontar o seu cotidiano. Suas próprias perguntas indicam este objetivo: “Como viveram eles? A que grau de civilização chegaram?”.

Embora os indígenas tenham sido definidos como pertencentes a uma tribo, a um grupo arraigado a um tronco lingüístico-cultural, simultaneamente foram incorporados num discurso teleológico que os reuniu num mesmo bloco histórico. E aqui se destaca a articulação da Arqueologia e da Antropologia com o projeto historiográfico do IHGB, o qual supunha a existência de um *telos* que guiava o processo histórico de uma Nação destinada ao progresso e à civilização. Tal projeto primava por uma ontologia da profundidade, uma leitura que realçasse na história da Nação um reencontro do presente com o passado, representado, quem sabe, por uma cultura elaborada, perdida em algum período longínquo, em algum momento civilizacional das sociedades indígenas, e almejava construir uma identidade nacional. Nesta tarefa, a função da arqueologia e da antropologia não seria tanto a de atentar para a singularidade cultural de cada grupo indígena. Tomando como vetor os vestígios arqueológicos e a “atual” organização social de uma tribo, elas deveriam deslindar sua origem nebulosa e a sua *phase* civilizacional. Deveriam interpretar os eixos de contato com os remanescentes da “tradição”, os elos de continuidade entre o presente e o passado. A historiografia, dispondo destes dados, tentaria enredá-los num discurso universal e indiviso que apagaria todas as diferenças e descontinuidades. Procuraria confeccionar uma identidade nacional coroada, se possível, por uma sociedade evoluída, antepassados da nobreza Imperial, da elite ilustrada que impulsionava a marcha civilizatória da Monarquia brasileira.

Em que pese a tudo isso, a arqueologia evolucionista - e a antropologia - do IHGB não conseguiu comprovar traços de cultura indígena elaborada. Nas palavras de Vieira Couto, que soaram como um desabafo, ou como um lamento, a pré-história brasileira não revelou nenhum grande monumento, nenhuma pirâmide erguida no seu vasto território. Pelo contrário, a antropologia e a arqueologia evolucionista demonstraram empiricamente - como se pretendia - que os indígenas são selvagens. Frustraram a tentativa de representá-los na imagem de uma Nação que se queria civilizada. Os grupos indígenas, deste modo, foram excluídos do discurso historiográfico, como de resto já eram excluídos da sociedade imperial. Só interessavam, agora, como elemento de riqueza, como possível mão-de-obra sucedânea aos braços escravos. Eles agora são definitivamente

selvagens, primitivos. Suas sociedades, como que refletidas num gradiente, no máximo possibilitariam a apreensão de uma maior ou menor evolução cultural. Quiçá algumas estariam numa fase mais avançada do processo histórico-evolutivo da humanidade - uma humanidade que caminhava a passos largos para o progresso científico e tecnológico, do qual a Monarquia queria fazer parte. Os selvagens, deste modo, deveriam ser integrados à Nação pelas mãos benfazejas do Estado Imperial, representantes da civilização nos trópicos. Neste sentido, talvez se possa entender a radicalização de alguns pronunciamentos de intelectuais ligados ao IHGB. Roberto Armino, por exemplo, via na introdução das máquinas a vapor uma forma de “libertar as raças de cor” (Tomo 37: 390, 1874). As raças de cor (obviamente aqui se incluem os negros) deveriam ser libertadas! A política indigenista de integração transformou-se numa forma de libertação. Era preciso livrar estes povos das amarras da escravidão selvagem das matas, orientá-los através da topografia das ferrovias, este símbolo tão caro da civilização e do progresso.

Mas, pensando bem, esta radicalização ainda é suave. Num momento em que os indígenas eram escravizados e exterminados com alguma sistematicidade, Armino foi pedagógico. Procurou integrar os indígenas ao Estado Imperial através da educação pelo trabalho - trabalho pontuado ao ritmo do tempo de produção dos “brancos”, não mais ao “som da mão-de-pilão”, mas ao do apito regular das ferrovias. Antes da aclimatação do evolucionismo, houve, contudo, propostas nada pedagógicas. Francisco A. Varnhagen, historiador e conselheiro oficial do Império, recomendou o extermínio de todos os índios não “mansos” (Guimarães, 1998 e 1989; Cunha, 1992), como forma de desobstruir o caminho do Brasil rumo à civilização. Décadas depois da proposta de Armino, o evolucionista Von Ihering, do interior do Museu Paulista, retomou o debate. Seguindo os passos de Varnhagen, sugeriu o extermínio sistemático dos Kaiagang (Schwarcz, 1989; Funari, 1998 e 1999a), dos selvagens que estorvavam o progresso da Nação. Estranho constraste este entre um historiador, um diretor de museu e um engenheiro!

E a história se repete, com variações. Tem-se um exemplo mais recente do uso do evolucionismo para “civilizar” o Brasil. Hélio Jaguaribe (1994), decano cientista político e ex-ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Collor (1990-92), um dos principais conselheiros de Fernando Henrique Cardoso na campanha à presidência de 1994, propôs, nas entrelinhas de um dos seus artigos, uma “limpeza étnica” entre os índios, sob a justificativa de que a maioria deles - somente “200 mil almas”! - vive em pleno paleolítico, outros poucos no neolítico. E, consequência inevitável, “o destino histórico do índio brasileiro é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro”. Curiosa permanência a se observar ao longo da História brasileira

esta tentativa de integrar o “velho” ao “novo”, de forma a que as rupturas sejam evitadas. Hélio Jaguaribe, como conselheiro oficial, lembra Varnhagen.

CONCLUSÃO

A História da constituição da arqueologia no Brasil oitocentista ainda está por se escrever. Tal estudo exigiria, pelo menos para uma certa leitura, entender os sinais específicos das pesquisas arqueológicas praticadas pelo IHGB, o Museu Nacional, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Alagoano, o Museu Paulista, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Como o IHGB foi uma das instituições centrais onde se praticaram as ciências humanas no Brasil, creio que começar a tarefa estudando-o seja um bom método. Os resultados da pesquisa sobre o Instituto poderiam fornecer elementos para uma futura comparação de temas e conteúdos. O passo subsequente seria a análise do Museu Nacional. Numa primeira comparação, o exame teria como objeto a articulação entre os conceitos Arqueologia-Nação-Civilização, procurando averiguar a tentativa de se confeccionar, com o uso da disciplina, uma identidade nacional marcada pelos signos civilizatórios.

Para a primeira década da República, além das instituições acima, seriam estudados os Institutos Estaduais e os Museus Paulista e Paraense em suas relações com os conceitos Nação-Região. O problema seria o de tentar analisar como estas instituições elaboraram identidades nacionais e regionais de forma a integrá-las à Nação; examinar como a Arqueologia, por meio dos testemunhos materiais, procurou legitimar cientificamente os contornos do território nacional, inculcando na população o reconhecimento coletivo da ancestralidade de sua ocupação. Os significados histórico-político-culturais da mudança da identidade nacional, agora emoldurada por um sistema federativo, poderiam assim ser pensados. O objetivo geral, portanto, seria o de dissecar os usos políticos da Arqueologia enquanto uma disciplina que pode ser orientada pelo Estado e por seus grupos dominantes para manipular e fabricar o passado⁴⁸.

Por outro lado, seria interessante analisar as Arqueologias praticadas por estes institutos e museus no plano de suas respectivas configurações e perceber as diferentes trajetórias que uma mesma disciplina percorreu em diferentes arquivos, multiplicando os seus discursos, ao invés de unificá-los (Foucault, 1986). É talvez nesta perspectiva que sobressaíam os diferenciados

⁴⁸ Para uma análise teórica sobre a fabricação e manipulação do passado operadas pelo Estado e pelo *establishment* arqueológico brasileiro, Cf. Funari (1996; 1998a; 1999a; 1999b).

efeitos de poder liberados pela disciplina, seus usos estratégicos em sua imbricação com outros saberes. Além da exumação dos arquivos destas instituições e da análise de suas formas de pensamento, tal tarefa pede a consideração de duas comissões científico-exploratórias: A Comissão Geológica do Império do Brasil em 1875 e a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo de 1886⁴⁹. Estas expedições provavelmente não serviram somente para confeccionar mapas, inventariar e classificar minerais⁵⁰. O olhar geológico e geográfico cartografa também riquezas, inventaria produções, classifica e ordena as possibilidades de exploração econômica. Além do mais (para voltar ao objetivo geral), por trabalhar com o conceito de territorialidade e região, é um poderoso instrumento para a constituição de identidades⁵¹. Seria importante, portanto, perceber a justaposição da Arqueologia nestas comissões⁵².

Em suma, a história da arqueologia oitocentista seria delimitada num campo de saber e de poder. O exame aqui efetuado sobre as fontes do IHGB demonstra os primeiros indícios de como a Arqueologia, longe de prescindir deste campo, nele instalou-se, articulando-se às idéias evolucionistas e ao projeto político imperial. Talvez este método seja melhor do que plantar-se no posto positivista de “juiz da razão esclarecida” (Adorno, 1996), buscando no passado da arqueologia o reconhecimento de seu progresso e crescente objetividade no tempo. Ao invés de descrever uma crônica das descobertas, talvez seja preferível analisar a Arqueologia oitocentista em suas relações com a confecção de nossa identidade físico-social. Mesmo porque esta perquirição em torno de uma identidade nacional chegou a nós como um legado do Império e das primeiras décadas da República Velha⁵³. Analisar este problema,

⁴⁹ Cf. Leinz (1956) para uma análise biobibliográfica destas Comissões.

⁵⁰ Para uma análise dos objetivos político-econômicos-administrativos da Comissão Geográfica de São Paulo, Cf. Arruda (1998).

⁵¹ Para a idéia de região enquanto instrumento conceitual que permite a “dominação simbólica” no “jogo das lutas” para a conservação ou transformação de identidades sociais, Cf. Bordieu (1998). Para uma análise recente sobre como a natureza brasileira foi abarcada, em diferentes contextos, por um discurso sobre identidade nacional, Cf. Arruda (1998).

⁵² Em ambas as comissões participaram geólogos que produziram também pesquisas arqueológicas: Hartt, Derby e Alberto Lofgren, Cf. Souza (1991) e Funari (1994).

⁵³ Refiro-me, mais precisamente, aos Governos Campos Sales (1899-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), onde se redefiniu o nosso pacto oligárquico-federativo. Cf. Carvalho (1987). Neste ponto, seria interessante lembrarmos de Marx. Um texto magistral que mostra-nos como o passado pode ser fabricado: “(.) Os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem; não a fazem sob a circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, *legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (...)*”. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, In: Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Col. “Os Pensadores”) - grifos meus.

localizá-lo em sua trama no passado da Arqueologia, portanto, é uma oportunidade que se nos apresenta de medir a distância entre o nosso presente e ele mesmo, entre o nosso lugar e ele mesmo, entre o nosso *topos* e ele mesmo. Afinal, ainda hoje, quando está em voga um “Projeto Brasil 500 Anos”, quando se apressa ansiosamente o tempo para a celebração de uma grande festa identitária, nossa República continua mostrando toda a tibieza de seu pacto federativo. Ainda hoje, os indígenas, oficialmente festejados e encobertos por uma pretensa alteridade e respeito étnico, continuam sendo exterminados, seja como resultado do processo de ocupação de terras, seja devido ao clientelismo político ainda atuante nos rincões de nosso país⁵⁴.

REFERÊNCIAS

- ADORNO & HORKHEIMER. O Conceito de Iluminismo, In: *Adorno*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 17-64. (Col. “Os Pensadores”).
- ARRUDA, Gilmar. Todos os Caminhos Levam ao Brasil? In: FUNARI, Pedro Paulo A. (Org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1998. p. 107-140. (Col. “Idéias”).
- AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- BANDINELLI, R. B. A História da Arte como Interpretação Histórica da Forma. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, (1): 227-240, 1994.
- BARROS, Roque S. M. de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1986.
- BORDIEU, Pierre. A Identidade e a Representação: Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de Região, In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Col. “Memória e Sociedade”).
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵⁴ Cf. a reportagem de Armando Antenore - Justiça Interdita 60 Km quadrados por um Índio. *Folha de S.Paulo*, 7 de março de 1999, p. 13 (Brasil) -, a qual investiga a existência de índios que vivem como ermitões, na Amazônia, devido ao extermínio de suas respectivas sociedades por madeireiros e pecuaristas. Um deles, de etnia não identificada, foi encontrado no Estado de Rondônia. Reagiu, com arco e flecha, às tentativas de contato. Ver também a de João Batista Natali - Esterilização de Índias é Investigada na Bahia. *Folha de S.Paulo*, 23 de maio de 1999, p. 18 (Brasil) -, que mostra como 54 índias pataxós foram esterilizadas durante a campanha eleitoral de 1994, graças a um “favor” de candidatos, que pediram em troca somente votos!

- De CERTEAU, M. A Operação Histórica, In: NORA, P. & LE GOFF, J. (orgs.). *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-35.
- CHARTKOFF, Joseph L. & CHARTKOFF, Kery K. 1975. Late Period Settlement of the Middle Klamath River of Northwest California. *American Antiquity*, (2): 172-79.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX, In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.
- Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. (Couto de Magalhães e Tocantins). IHGB, Rio de Janeiro: v. 4., p. 52-53-171-72, 1993.
- EBLE, Alroino B. 1971. Considerações sobre o Sítio Arqueológico. *Anais do museu de Antropologia*, (4): 71-77.
- EIDT, R. C. & WOODS, W. I. 1974. Abandoned Settlement Analysis. *Field Test Associates*, (159): 2-41.
- ELIAS, Norbert. 1993. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol II.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. I.
- FAGAN, Brian (Ed.). Settlement Archaeology. In: *Introductory Readings in Archaeology*. Boston: Brown and Company, 1970. p. 237-262.
- FERREIRA, Lúcio M. Idéias de Pré-História no Brasil Oitocentista. *Debates Regionais: Identidade (s) Regional (is)*, (2): 127-34, 1995.
- _____. Genealogia da Nação: A Invenção da Pré-História no Brasil oitocentista. *Cadernos de História da UFS*, (2): 91-8. 1996.
- _____. *Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870)*. 1999. (no Prelo).
- FERRI, Mário Guimarães & MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979-1981. v. 3.
- FOUCAULT, M. 1978. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. *Vigiar e punir*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *A arqueologia do Saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. *As palavras e as Coisas*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

- FRAGOSO, João Luís. Economia Brasileira no Século XIX: Mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora, In: LINHARES, Maria Yedda L. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 150-175.
- FRAGOSO, João Luís & SILVA, Francisco Carlos T. A Política no Império e no Início da República Velha, In: LINHARES, Maria Yedda L. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 177-209.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks. *World Archaeological Bulletin*, (3): 60-68, 1989.
- _____. Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads. *World Archaeological Bulletin*, (5): 123-132, 1991.
- _____. 1994. Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, (1): 23-41.
- _____. Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil, In: UCKO, P. J. (ed.). *Theory in Archaeology (A World Perspective)*. London: Routledge, 1995. p. 237-250.
- _____. Dos Cuestiones Actuales em La Arqueología Brasileña: La Antigüedad del Hombre Americano y Los Modelos de Interpretación de la Amazonia Prehistorica. Argentina: *Departamento de Postgrado de la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de La Universidad de La Plata*, 1996. 22 p.
- _____. Destruction and Conservation of Cultural Property in Brazil: Academic and Practical Challenges, In: Teoria Arqueológica na América do Sul. *Primeira Versão*, (76): 33-51, 1998a.
- _____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano, In: FUNARI, Pedro P. A. (Org.) *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1998b. p. 7-34.
- _____. Public Archaeology in Brazil. South Africa: *World Archaeological Congress*, n. 4, p. 15, 1999a.
- _____. Ethnicity and Identity: Archaeology, Education and Brazilian Identity. South Africa: *World Archaeological Congress*, n. 4, p. 13, 1999b.
- _____. Western Influences in the Archaeological Thought in Brazil. South Africa: *World Archaeological Congress*, n. 4, p. 13, 1999c.
- GUIMARÃES, Manoel Luís S. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, (1): 5-27, 1988.
- _____. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Temas de sua Historiografia, In: WEHELING, Arno (Org.). *Origens do IHGB: Idéias Filosóficas e Sociais e Estruturas de Poder no Segundo Reinado*: Rio de Janeiro: IHGB, p. 21-42. 1989.

- HARTT, Charles. Nota: Sobre Algumas Tangas de Barro Cosido dos Antigos Índigenas da Ilha de Marajó. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 21-25, 1876a.
- _____. Descrição dos Objetos de Pedra de Origem Indígena Conservados no Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 45-53, 1876b.
- KARASCH, Mary. Catequese e Cativo: Política Indigenista em Goiás (1780-1889). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 397-402.
- LANGER, Johnni. 1998. Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Novecentista. *Anos 90*, (9): 165-185.
- LEINZ, Viktor. A Geologia e a Paleontologia no Brasil, In: AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956. p. 243-264.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de Antropologia. *RIHGB*, (36): 359-516, 1873.
- _____. *O selvagem*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- MEGGERS, Bety. Advances in Brazilian Archaeology (1935-85). *American Antiquity*, (50): 364-73, 1985.
- MICELI, Sérgio. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Idesp, 1989. v. 3.
- MORAIS, José Luiz de. *Plano de Trabalho e Consultoria Científica sobre Geoarqueologia, Geoprocessamento (SIG) e Patrimônio*. São Paulo, 1996. (mimeo).
- NETO, Ladislao. Instruções a C. Winer pelo Dr. Ladislao Neto. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): p. 2, 1876.
- _____. Apontamentos sobre os Tembetás da Coleção Arqueológica do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 105-163, 1877.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- PENA, Domingos Soares F. Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 85-89, 1876.
- _____. Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 47-76, 1877.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 155-132.
- PROUS, André. História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil, In: *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1992. p. 5-23.

- RODRIGUES, José Honório. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *A pesquisa histórica no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 37-40.
- ROMERO, Silvío. Doutrina contra Doutrina: O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil, In: *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Edusp, 1969.
- _____. Explicações Indispensáveis. In: *Vários escritos*: Tobias Barreto. Aracaju: Editora do Estado de Sergipe, 1986. p. 5-11.
- SCHWARCZ, Lília M. O Nascimento dos Museus Brasileiros, In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo: Idesp, 1989. 20-71. v. I.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SODRÉ, Nelson W. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. *História da literatura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1982.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da Arqueologia Brasileira. *Instituto Anchieta de Pesquisas: Antropologia*, (46): 11-157, 1991.
- STRUEVER, Stuart. Field Strategies for Settlement System Definition, In: *Archaeology*. Boston: Little, Brown and Company, 1973. p. 22-32.
- SVELEBIL, Marek. Site Cathment Analysis and Hunter-Gatherer Resource Use, In: BRONITSKY, Gordon (ed.). *Ecological Models in Economic Prehistory*. *Anthropological Research Papers*, (29): 73-144, 1983.
- TOCANTINS, Antonio Manoel Gonçalves. Relíquias de Uma Grande Tribo Extinta. *RIHGB*, (39): 51-64, Parte 2ª, 1876.
- _____. Estudos sobre a Tribo Munducuru. *RIHGB*, (40): 10-161, 1877.
- TRIGGER, B. G. 1990. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: University Press.
- WEHELING, Arno (Org.). *Origens do IHGB: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no segundo reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.
- _____. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994. p. 151-67.
- WIENER, Charles. Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 2-20, 1876.

AGRADECIMENTO

Pelas minhas próprias idéias aqui arroladas sou o único responsável. Entretanto, devo agradecer aos Professores Johnni Langer (UFPR) e Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP) por terem me ofertado seus artigos (alguns inéditos). Embora este talvez não seja o local adequado, gostaria de dedicar este artigo à memória de meu amigo e primo Fabrício Ronaldo Menezes, recentemente (4.03.99) envolvido pelo abraço faminto da AIDS.